



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

173

8

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0193316-4

029

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: MARIA JOSÉ DA PAIXÃO

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA FRANCISCA MENDONÇA SILVA

EMENTA: PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA CONTRÁRIA A PROVA. INOCORRÊNCIA. NÃO PROVIMENTO. UNANIMIDADE.

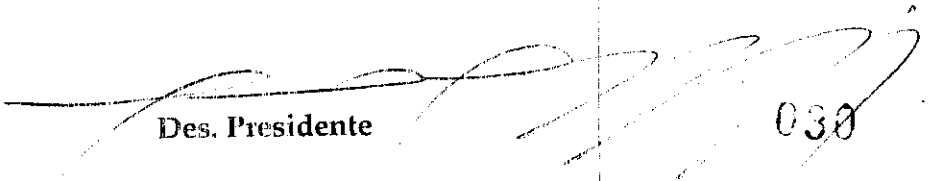
1. Na fase de pronúncia não se faz necessário um juízo de certeza, sendo suficiente que o magistrado se convença da ocorrência de um crime e de indícios suficientes de autoria.
2. Recurso que se nega provimento.
3. Unanimidade.


ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso em Sentido Estrito nº 193316-4 onde figura como recorrente o MARIA JOSÉ DA PAIXÃO, ACORDAM os

Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça do 2
Pernambuco, à unanimidade de votos, **negar provimento ao recurso**, nos termos do voto 0
do Des. Relator.

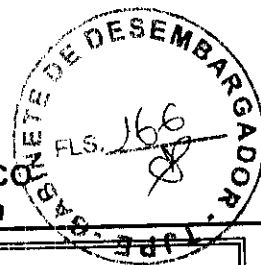
Recife, 3 de *junho* de 2000.


Des. Presidente 030


Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0193316-4

031

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: MARIA JOSÉ DA PAIXÃO

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA FRANCISCA MENDONÇA SILVA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto por Maria José da Paixão em face da decisão de pronúncia de fls. 134/135 proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Orobó.

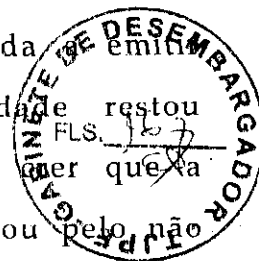
O *Parquet*, na exordial acusatória, acusa a recorrente de ter tentado assassinar seu companheiro, infringindo as regras jurídicas dos arts. 121, § 2º, c/c art. 14 do Código Penal.

O recorrente, em sua insurgência, alega que a agressão sofrida pela vítima decorreu de uma atitude de legítima defesa. Requer sua absolvição ou a desclassificação para o crime de lesão corporal (Art. 129).

Nas contra-razões de fls. 146/152, o *Parquet* defende a manutenção da decisão impugnada sob alegação de que inexistem máculas que autorizem sua modificação.

O Juízo manteve a sentença de pronúncia (fl. 153).

A douta Procuradoria de Justiça, instada a emitir parecer sobre a *lide*, por entender que a materialidade restou demasiadamente comprovada e que os indícios levam a crer que a recorrente pode ter praticado o crime de homicídio, opinou pelo não provimento do recurso (fls. 132/135).

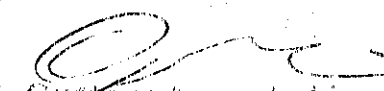


É O RELATÓRIO.

032

Recife, 27 de outubro de 2009.


Des. Gustavo Lima
RELATOR

Inclua-se em pauta para julgamento.
Recife,

Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0193316-4 ✓

033

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO ✓

RECORRENTE: MARIA JOSÉ DA PAIXÃO

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA FRANCISCA MENDONÇA SILVA

VOTO

Conforme relatado, a recorrente Maria José da Paixão, pronunciada sob a acusação de tentar assassinar seu companheiro, requer sua absolvição ou a desclassificação para o crime de lesão corporal sob a alegação de que a agressão sofrida pela vítima decorreu de uma atitude de legítima defesa.

A recorrente, ao ser presa em flagrante delito logo após o fato, narrou o crime da seguinte forma (fl. 05):

"nesta data, pela noite, encontrava-se dentro de sua residência no endereço acima citado, não havendo mais ninguém dentro da casa, onde ambos ingeriam bebida alcoólica; que a declarante ressalta que ambos estavam embriagados; que, em certo momento, já por volta das 21:30, acredita, seu companheiro chamou-a para irem a uma festa no centro desta cidade, o que foi aceito pela interrogada, tendo ambos saído da residência, em frente a qual começou, sem mais nem menos, uma discussão entre eles; que a interrogada ressalta que várias pessoas viram mas não sabe dizer o nome de nenhuma delas, pois não se lembra, estava muito bicaça; que durante a discussão seu companheiro agrediu-a fisicamente conseguindo derruba-la no chão, vindo a mesma a se ferir e, como ele não parava de agredi-la com tapas, esta lembrou-se que o mesmo tinha na sua cintura uma faca-

peixeira, então, rapidamente, ela conseguiu retirar da cintura dele a faca e, logo desferiu várias facadas contra o mesmo, não lembrando quantas nem mesmo em que parte do corpo dele (...)"

A testemunha Maria do Carmo da Silva, que atendeu ao pedido de socorro da vítima logo após a mesma ter sido alvejada, afirmou que (fl. 03):

"(...) a conduzida e a vítima convivem maritalmente há uns oito meses, e sempre houve discussões entre ambos; que, ressalta a declarante, por várias vezes escutou a conduzida dizendo que algum dia mataria seu companheiro, a vítima dos autos (...)"

Perante o Juízo, a recorrente, ao ser interrogada, ratificou os termos do depoimento prestado perante a autoridade policial, alegando que feriu a vítima para defender-se de injusta agressão. Entretanto, a vítima narra versão dos fatos que contraria a tese de legítima defesa defendida pela recorrente:

"(...) que discutiu com dona Maria José, que ele não percebeu que ela estava armada e que foi esfaqueado por dona Maria José, que estava de costas, que só sentiu a primeira facada, que caiu e ela ainda deu mais três facadas; que não viu a primeira facada, que apenas sentiu a dor, que ainda houve uma quarta facada, que dona Maria José ficou calada, que não disse nada, que foi agredido por causa de ciúmes; (...) que foram quatro facadas nas costas e teve uma no ombro (...)"

Como visto, o argumento de que a decisão de pronúncia foi contrária a prova contida nos autos não merece guarida. Os indícios de autoria se consubstanciam através dos elementos da prova anteriormente referidos. Restando inequívoca a materialidade delitiva, o Juízo de Primeiro Grau agiu acertadamente ao pronunciar o recorrente.

Cabe ao Conselho de Sentença decidir acerca da tese de legítima defesa sustentada pela recorrente. Na fase de pronúncia não se faz necessário um juízo de certeza, sendo suficiente que o magistrado se convença da ocorrência de um crime e de indícios suficientes de autoria. Neste sentido, *verbis*:

"STJ - HC 79002 / GO HABEAS CORPUS 2007/0057548-0

Relatora: MINISTRA LAURITA VAZ

Órgão Julgador: QUINTA TURMA

Data do Julgamento: 21/02/2008

Data da Publicação/Fonte: DJe 17/03/2008

Ementa

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE. CONTRARIEDADE DO CONJUNTO FÁTICO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE.

1. O pedido de desconstituição da sentença de pronúncia, pela alegação de falta de provas robustas a comprovarem a autoria e materialidade do crime, demandaria o exame acurado das provas coligidas na instrução criminal, impossível em sede de habeas corpus.

2. Na fase de pronúncia não se faz necessário um juízo de certeza, sendo suficiente que o juízo se convença da ocorrência de um crime e de indícios suficientes de autoria, sendo admitidas, a teor do disposto no art. 408 do Código de Processo Penal, todas as acusações que tenham, ao menos, probabilidade de procedência, o que ocorre perfeitamente no caso em tela.

3. Ordem denegada.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a ordem. Os Srs. Ministros Arnaldo Esteves Lima, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi e Felix Fischer votaram com a Sra. Ministra Relatora".

Pelos motivos expostos, em sintonia com o profícuo parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pelo não provimento do recurso interposto, mantendo-se a decisão de Pronúncia, para que seja a recorrente submetida a julgamento pelo Tribunal do Júri.

É O COMO VOTO.

Recife, 3 de *junho* de 2008.


Des. Gustavo Lima
RELATOR